

PARNAÍBA:
PATRIMÔNIO VIVO, CIDADE VIVA

Áurea da Paz Pinheiro*

Anik de Assunção de Oliveira Souza**

Ellaine Martins Oliveira da Rocha***

Victor Veríssimo Guimarães****

Resumo: Apresentamos nesta comunicação trabalho associado ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia (PPGAPM), Mestrado Profissional, da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Reis Veloso (CMRV), Cidade de Parnaíba, Meio Norte do Brasil. Trata-se de Projeto Matriz sob o título *“Parnaíba: Patrimônio Vivo, Cidade Viva”*, cujo substrato firma-se em um conjunto de subprojetos e ações, embasados em investigações técnico-científicas, para intervenções de natureza social, educativa e cultural no Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Parnaíba, que possui um rico e complexo patrimônio cultural o que inclui um conjunto arquitetônico com variados estilos de construção, que remetem a diferentes momentos de sua constituição urbana e evidencia a marca de períodos de desenvolvimento econômico e fluxo de riqueza do território ao longo do período final da colonização portuguesa e para além. O Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba data de 2008, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), após análise do Dossiê “Cidades do Piauí, testemunhas da ocupação do interior do país nos séculos XVIII e XIX”, pelo Conselho Consultivo, em reunião extraordinária para esse fim. Seguiu-se o previsto no Regimento da Instituição, após documentação enviada pelo presidente do Iphan. Hoje, o tombamento é uma realidade, mas não há ainda uma nova postura diante do conceito de cidade patrimônio nacional, com bens protegidos; agentes públicos e privados não percebem a urgência da proteção desse patrimônio cultural. Na condição de agentes públicos precisamos criar instrumentos efetivos para lidar com proteção e revitalização do Centro Histórico de Parnaíba; há um estranhamento da população residente e uma ingerência dos órgãos de proteção. O sítio histórico de Parnaíba tem característica peculiar, mesmo com inúmeras modificações na arquitetura e urbanismo da cidade, mantém-se como centro administrativo, comercial e residencial do município, há edificações abandonadas, relacionadas com a área portuária, hoje, desativada. O Tombamento identifica sete áreas de características arquitetônicas distintas: (1) Conjunto do Porto das Barcas e Galpões Portuários; (2) Conjunto da Praça da Santo Antônio; (3) Conjunto da Avenida Getúlio Vargas; (4) Conjunto da Estação Ferroviária; (5) Conjunto da Praça da Graça; (6) Arquitetura tradicional popular e (7) Área de Entorno; áreas definidas em função de características arquitetônicas e urbanísticas.

Palavras-chave¹: Patrimônio Cultural; Educação; Sociedade; Interpretação do Patrimônio; Piauí.

¹ De três a cinco palavras-chave, separadas por ponto e vírgula, em fonte Times New Roman, tamanho 11, espaçamento entre linhas simples.



3° sebra mus

Abstract: We present in this communication work associated with the Postgraduate Program in Arts, Heritage and Museology (PPGAPM), Professional Master's Degree, Federal University of Piauí, Campus Ministro Reis Veloso (CMRV), City of Parnaíba, Mid-North Brazil. It is a Matrix Project under the title "Parnaíba: Living Heritage, Living City ", whose substrate is based on a set of subprojects and actions, based on technical-scientific research, for social, educational and cultural interventions in the Set Historic and Landscaped of the City of Parnaíba, which has a rich and complex cultural heritage which includes an architectural set with varied styles of construction, which refer to different moments of its urban constitution and evidence the mark of periods of economic development and wealth flow Of the territory during the final period of Portuguese colonization and beyond. The Tomb of the Historic and Landscape Set of Parnaíba dates from 2008, conducted by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (Iphan), after analyzing the "Cidades do Piauí Dossier, witnesses of the occupation of the interior of the country in the XVIII and XIX centuries", by the Advisory Council, in an extraordinary meeting for this purpose. This was followed by the provisions of the Rules of Procedure of the Institution, after documentation sent by the President of Iphan. Today, the tipping is a reality, but there is still a new posture before the concept of a national heritage city, with protected assets; Public and private agents do not realize the urgency of protecting this cultural heritage. As public agents we need to create effective instruments to deal with the protection and revitalization of the Historic Center of Parnaíba; There is a strangeness of the resident population and an interference of the protection organs. The historical site of Parnaíba has a peculiar characteristic, although with many modifications in the architecture and urbanism of the city, it remains as administrative center, commercial and residential of the municipality, there are abandoned buildings, related to the port area, now, deactivated. The Tombamento identifies seven areas of distinct architectural features: (1) Set of Port of Barges and Port Warehouses; (2) Set of Santo Antônio Square; (3) Set of Getúlio Vargas Avenue; (4) Train station assembly; (5) Set of Graça Square; (6) Traditional folk architecture and (7) Surrounding Area; Areas defined according to architectural and urban characteristics

Key-words²: Cultural heritage; Education; Society; Interpretation of the Patrimony; Piauí

² Tradução das palavras-chave, em inglês acadêmico, separadas por ponto e vírgula, em fonte Times New Roman, tamanho 11, espaçamento entre linhas simples.



3º sebra mus

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial,

Considerando que, diante dos perigos da uniformização e da despersonalização que se manifestam constantemente em nossa época, esses testemunhos vivos de épocas anteriores adquirem uma importância vital para cada ser humano e para as nações que neles encontram a expressão de sua cultura e, ao mesmo tempo, um dos fundamentos de sua identidade,

Considerando que, no mundo inteiro, sob pretexto de expansão ou de modernização, destruições que ignoram o que destroem e reconstruções irracionais e inadequadas ocasionam grave prejuízo a esse patrimônio histórico,

Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem um patrimônio imobiliário cuja destruição provoca muitas vezes perturbações sociais, mesmo quando não resulte em perdas econômicas,

Considerando que essa situação implica a responsabilidade de cada cidadão e impõe aos poderes públicos obrigações que só eles podem assumir,

Considerando que, diante de tais perigos de deterioração e até de desaparecimento total, todos os Estados devem agir para salvar esses valores insubstituíveis, adotando urgentemente uma política global e ativa de proteção e de revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de sua ambiência, como parte do planejamento nacional, regional ou local.

(Disponível

em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em 27 ago. 2017)

1. O Território

A cidade de Parnaíba está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, criada por Decreto Presidencial em 28 de agosto de 1996, com uma área de 313.809 hectares, distribuída nos municípios de: Barroquinha e Chaval (Ceará); Água Doce, Araióses, Paulino Neves e Tutóia (Maranhão); Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba (Piauí). Não há ainda um Plano de Manejo para a APA, um dos fatores que haja transgressões de toda ordem, que sejam desenvolvidas atividades potencialmente poluidoras, tais como, o crescimento desordenado das cidades, os lixões, a carcinicultura, a salineira, os desmatamentos e queimadas, o comprometimento dos recursos hídricos, a utilização indiscriminada de agrotóxicos e o turismo não planejado; que devem ser sustados, controlados e monitorados. Na APA há ambientes marinho-costeiros como manguezais, praias, restingas, dunas fixas e móveis, planícies flúvio-marinhas e lacustres, caatinga e áreas de carnaubal. Há comunidades que vivem da pesca artesanal e cata de caranguejo.



Figura 1. Pescadores artesanais, Praia do Coqueiro, Luís Correia, Piauí, Área de Proteção Ambiental. 2016.



3º sebra mus

O Instituto Tartarugas do Delta – ITD³, o IBAMA e a UFPI em ação conjunta conseguiram que o Governador do Estado do Piauí assinasse o Decreto Lei nº 6.884 de 29 de agosto de 2016, que criou o Dia Estadual da Conservação da Biodiversidade Marinha e Costeira e declarou Patrimônio Natural do Estado do Piauí o Peixe-Boi Marinho, as Tartarugas Marinhas e o Cavalo-Marinho, com o compromisso de promover “[...] ações e atividades que divulguem o potencial socioeconômico e ambiental resultantes da proteção do ambiente natural, da cultura e da história das comunidades e suas relações com a biodiversidade marinha, que devem representar um dos pilares da sustentabilidade do turismo na região.” (Disponível em: http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documentos/norma_juridica/3986_texto_integral. Acesso em 27 ago. 2017).



Figura 2. Oficina de grafite como instrumento de sensibilização para o patrimônio cultural e ambiental. Ação conjunta IDT e PPGAPM da UFPI. Ilha Grande, Parnaíba. 2016.

³ O Instituto Tartarugas do Delta - ITD é uma ONG sem fins lucrativos, que atua no trabalho de manejo e conservação de pequenos cetáceos e quelônios marinhos, comportamento reprodutivo de tartarugas marinhas e educação ambiental na região da APA Delta do Parnaíba.



3º sebra MUS

Portanto, a cidade de Parnaíba, localizada no Meio Norte do Brasil, nomeadamente, entre o rio Igarapé e a Serra da Ibiapaba, além das características acima, abriga ainda um Conjunto Histórico e Paisagístico Tombado em 2008 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. São cinco áreas protegidas: Porto das Barcas, Praça da Graça, Praça Santo Antônio, Estação Ferroviária e Avenida Getúlio Vargas. A catedral Nossa Senhora Mãe da Divina Graça é um dos monumentos mais importantes da cidade onde o altar é decorado com cerâmicas portuguesas e as imagens datam da década de 1930. É nesta igreja que está o túmulo Simplício Dias da Silva e de outros nomes da elite de Parnaíba da época.

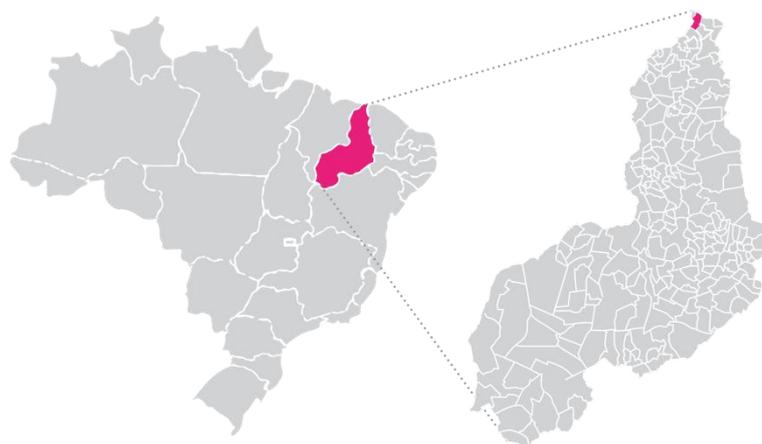


Figura 01: Mapa de localização do Piauí no Brasil, seguida a localização do município de Parnaíba no Estado do Piauí. Fonte: Pamela Franco, 2016.

Nesse território, antes da chegada do colonizador branco europeu, viviam os índios Tremembé. O processo de colonização trouxe consigo uma política agressiva de exploração e dizimação dessas populações; negros foram arrancados de África, trazidos para o Brasil e para Parnaíba, e usados como mão-de-obra escrava no contexto da Política Mercantilista, nomeadamente do Pacto Colonial, cuja marca foi de uma colonização de exploração.



3º sebra mus

A cidade de Parnaíba tem localização geográfica estratégica, às margens do rio Igaracu, afluente do rio Parnaíba, que desemboca no oceano Atlântico e forma o único delta a desaguar em mar aberto das Américas. O urbanismo português, marca a natureza histórica da cidade portuária com saída costeira, o que permitiu a adoção de modelos arquitetônicos de litoral. Para alguns estudiosos a denominação Parnaíba é uma homenagem ao distrito Paulista de Parnaíba, para outros é uma referência à palavra tupi que significa “grande rio não navegável”.

A segunda metade do século XVIII marcou o início do desenvolvimento econômico nos moldes do capitalismo colonial europeu, associado diretamente à economia do charque trazida pelo comerciante português Domingos Dias da Silva, fundador do Porto das Barcas, antigo Porto Salgado, ancoradouro de embarcações que levavam e traziam produtos internos, nacionais e estrangeiros.

Os Dias da Silva foram exploradores pioneiros da região às margens do rio Igaracu, sobretudo nos ramos comercial e agrícola. Simplício Dias da Silva, seu filho, tornou-se rico fazendeiro que dominou a cena política e econômica da Vila de São João da Parnaíba, chegou a Presidente da Província do Piauí, destacou-se como maçom. Poderoso proprietário de terras e de escravos, construiu um complexo patrimônio, dentre eles um casarão em estilo português onde residiu com sua família. Hoje, a edificação, do século XVIII, o Casarão Simplício Dias, é um dos imóveis tombados e restaurados com recursos federais (2010-2012) e entregue à Prefeitura de Parnaíba (2013).

A obra foi possível em virtude de convênio entre o Iphan, Ministério da Cultura (MinC), Prefeitura de Parnaíba, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PACH). A cidade de Parnaíba fora contemplada com ações do PACH, mas não há uma política conjunta entre Município e Governo do Estado do Piauí; em 2015, este último, anulou investimentos referentes à preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade; esses diálogos deveriam ser coordenados pelo Iphan, que tem inclusive um Escritório Técnico na Cidade, nomeadamente no Casarão, e a considerar que Parnaíba é Patrimônio Nacional; logo há responsabilidade do Iphan, vez que o Centro Histórico, abriga mais de quinhentas



3º sebra mus

edificações tombadas e praticamente todos esses imóveis estão sem uso, abandonados, a espera de restauração, requalificação e revitalização.

Em diagnóstico preliminar, percebemos que somente ações sistemáticas de natureza educativas e socioculturais permitirão o conhecimento e reconhecimento dos residentes da cidade do rico e complexo patrimônio cultural e natural que lhes pertencem; lhes permitirão atribuir sentidos e significados ao tombamento.

O Projeto do Mestrado tem por objetivo permitir a formação profissional associada à construção de projetos técnicos e sensíveis associados ao território, às pessoas, aos patrimônios cultural e natural, elementos de fixação das populações, elementos de educação, cultura, gerador de emprego e renda. Nesse sentido, os espaços de intervenção ligam-se diretamente ao Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.

O que propomos é dar a conhecer o patrimônio cultural e sensibilizar os residentes para formas de uso e apropriação da rica e complexa paisagem cultural da cidade, do rio e entorno, por meio de ações que possam modificar o olhar que têm sobre a cidade e a sua lógica de crescimento. O trabalho se materializa em subprojetos e ações de intervenção direta na cidade histórica de forma a permitir melhores condições de vida às populações residentes por meio da valorização da cidade como Patrimônio Nacional.

O que se pretendemos é indicar possibilidades de uso dos espaços, a exemplo de boas práticas em cidades brasileiras e estrangeiras; introduzir o conceito de centro como lugar de moradia, educação, cultura, geração de emprego e renda; mudar a atual situação de marginalidade das populações que habitam o Centro Histórico de Parnaíba, abandonadas a própria sorte pelos poderes públicos, pessoas não conhecidas, invisíveis e, portanto, não reconhecidas e não valorizadas.

Logo, indicar mudanças no que refere à preservação do patrimônio cultural é propor qualidade de vida para as pessoas que residem e trabalham e podem vir a se divertir no Centro da Cidade de Parnaíba, hoje, um espaço marcado pela presença do lixo (resíduos sólidos), da insegurança e da marginalização. Devem ser implementadas ações concretas e sistemáticas, de

forma a indicar caminhos de requalificação, de revitalização da cidade tombada, transformando-a em **Cidade Viva**, agradável para se viver e visitar.

Esse é o conceito do Projeto do Mestrado Profissional da UFPI; revitalizar os espaços públicos da cidade, preservar o patrimônio cultural, investir em sensibilização e formação de gestores do patrimônio e museus, formar públicos, para que conheçam, reconheçam, valorizem, apoiem e divulguem formas de intervenção urbana; citemos boas práticas em cidades como Lisboa, nomeadamente no bairro Alfama, que tem atraído públicos e recursos, agentes públicos e privados, jovens, estudantes, turistas, empreendedores, públicos que procuram cultura, entretenimento, educação, turismo, hospedagem, habitação, comércio etc.



Figura 3. Oficina de conservação e restauro. Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia – PPGAPM da UFPI, Parnaíba. 2016.

O que se pretendemos é integrar as pessoas, minimizar conflitos socioeconômicos, comuns em projetos e ações dessa natureza, nesse particular estamos atentos à minimização dos processos de gentrificação, vez que almejamos integrar públicos diversos, por se tratar de um



3º sebra mus

Projeto inclusivo e atravessado pelo paradigma da sustentabilidade para o Centro Histórico da Cidade de *Parnaíba: Patrimônio Vivo, Cidade Viva.*

A Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS /1987) defende que:

Em resultado de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, todas as cidades do mundo são a expressão material da diversidade das sociedades através da história, sendo, por esse fato, históricas. A presente carta diz respeito, mais precisamente, às cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos, com o seu ambiente natural ou edificado, que, para além da sua qualidade como documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. Ora, estas estão ameaçadas pela degradação, desestruturação ou destruição, consequência de um tipo de urbanismo nascido na industrialização e que atinge hoje universalmente todas as sociedades. (Disponível em <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/patrimonio/228-carta-de-washington.html>> Acesso em 26 ago. 2017.)

Portanto, nossos esforços, no caminho de serem conjuntos, o que inclui agentes públicos e privados, têm sido no sentido de impedir que a cidade fique à margem dos processos históricos mais modernos de civilidade. Compreendemos que a cidade deve se modernizar, mas de forma a respeitar o patrimônio cultural e natural, de forma a racionalizar processos de verticalização como os que têm ocorrido em áreas centrais e bairros em cidade como Teresina, capital do Piauí, apenas para citar uma urbe bem próxima ao território que elegemos para estudos e intervenções.

Neste Projeto, pretendemos congregiar agentes diversos de forma a sensibilizá-los para os riscos da perda dos patrimônios, que podem ruir por processos de construção desordenada, demolições e reconstruções que descaracterizam a cidade patrimônio nacional. O Centro Histórico de Parnaíba passa nos dias que correm por processo acelerado de esvaziamento econômico, de marginalização social e cultural, desvalorização imobiliária, que segrega e segmenta espacialmente a vida urbana, as relações de sociabilidade.

A Cidade Histórica de Parnaíba perdeu seu dinamismo e ganhou enormes vazios urbanos, decrepitos e marginalizados, áreas públicas de domínio da União, outrora instalações



3º sebra MUS

industriais e comerciais, hoje, abandonadas, ociosas e submetidas à marginalização, espaços de consumo e comércio de drogas e prostituição.

Face a esta situação muitas vezes dramática, que provoca perdas irreversíveis de caráter cultural, social e mesmo econômico, o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (ICOMOS) considerou necessário redigir uma `Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas`.

Completando a `Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios` (Veneza 1964), este novo texto define os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, no sentido de favorecer a harmonia da vida individual e social, e perpetuar o conjunto de bens, mesmo modestos, que constituem a memória da humanidade.

Como no texto da Recomendação da UNESCO `relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e ao seu papel na vida contemporânea` (Varsóvia – Nairobi 1976), assim como noutros diferentes instrumentos internacionais, entende-se por `salvaguarda das cidades históricas` as medidas necessárias à sua proteção, conservação e restauro, assim como ao seu desenvolvimento coerente e à sua adaptação harmoniosa à vida contemporânea. (Disponível em <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/patrimonio/228-carta-de-washington.html>.) Acesso em 26 ago. 2017.)

Na Cidade Tombada, cidade histórica, vivemos um estado de calamidade pública, em oposição ao que deveria ser um planejamento urbano que valorizasse as pessoas, suas histórias e memórias, que valorizasse o patrimônio cultural e ambiental. Urgente, portanto, políticas de intervenção urbana, que motive a sociabilidade e não adense a gentrificação, ou seja, que não expulsem segmentos de populações residentes e minorias étnicas do Centro Histórico de Parnaíba, mas que valorizem outras formas de ocupação do espaço.

Este Projeto ao propor formas de sensibilização adota de forma obrigatória a participação dos residentes da Cidade de Parnaíba, nomeadamente aqueles que habitam, que ali trabalham; logo se impõe uma prática de consulta pública à população na construção de uma proposta de revitalização urbana. Necessário sensibilizar associações comunitárias e profissionais, agentes públicos e privados, população de Parnaíba e entorno.



3º sebra mus

Sabemos das tensões e conflitos que se impõem a esta natureza de projeto-ação; jogos de poder, interesses divergentes para o uso dos espaços tombados. De um lado, o interesse pela defesa do patrimônio cultural e natural, pela cidade patrimônio nacional; de outro a especulação imobiliária e a inércia dos poderes públicos. O que pretendemos é um Projeto inclusivo, com a participação do maior número de pessoas residentes e não residentes, agentes públicos e privados.

Evidente na Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (ICOMOS /1987), que:

A participação e o envolvimento dos habitantes da cidade são imprescindíveis ao sucesso da salvaguarda. Devem ser procuradas e favorecidas em todas as circunstâncias através da necessária conscientização de todas as gerações. Não deve ser esquecido que a salvaguarda das cidades e dos bairros históricos diz respeito, em primeiro lugar, aos seus habitantes.

As intervenções num bairro ou numa cidade histórica devem realizar-se com prudência, método e rigor, evitando dogmatismos, mas tendo sempre em conta os problemas específicos de cada caso particular. (Disponível em <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/patrimonio/228-carta-de-washington.html>> Acesso em 26 ago. 2017.)

Nesse sentido, este Projeto revela a nossa preocupação profunda com os destinos da Cidade Histórica de Parnaíba, que precisa de mudanças radicais de atitude e concepção dos residentes e demais atores sociais; daí a necessidade da organização de uma série de encontros com representantes de diversos segmentos governamentais, entidades profissionais, acadêmicos etc., com o apoio direto da Universidade Federal do Piauí por meio do Mestrado Profissional.

Para assegurar a participação e a responsabilização dos habitantes, deve ser implementado um programa de informação geral começando a sua divulgação desde a idade escolar. A ação das associações de defesa do patrimônio deve ser favorecida, e devem ser adotadas as medidas financeiras apropriadas para assegurar a conservação e o restauro do parque edificado.



3º sebra mus

A salvaguarda exige que seja ministrada uma formação especializada a todos os profissionais que nela participem. (Disponível em <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/patrimonio/228-carta-de-washington.html>> Acesso em 27 ago. 2017.)

Urgente a constituição de um trabalho comunitário e interinstitucional de salvaguarda do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Juntos estamos a encontrar soluções, que mesmo que de forma panorâmica, estamos a apresentar. Não podemos permitir, e a UFPI não pode ser omissa nesse processo, que muitos terrenos vazios e prédios com valor histórico e subutilizados sejam alvos de demolição, saída mais fácil para interesseiros e desavisados, mas que coloca em risco as histórias locais, os valores, as tradições, os modos de vida.

Não desconsideramos as dinâmicas territoriais assentadas sobre o princípio de que todas as atividades econômicas um dia percam sua função de outrora; mas é preciso ressignificar a vida urbana, a Paisagem Cultural de Parnaíba, oferecer usos aos espaços, hoje, atravessados pelo medo, rejeição, marginalidade, uma paisagem urbana hostil a vida em sociedade.

A UFPI por meio do Mestrado Profissional tem um papel da maior relevância, a considerar o estranhamento e desconhecimento da comunidade no que se refere aos sentidos e significados do tombamento; há defasagem dos técnicos do Iphan que lidam diretamente com preservação e salvaguarda do patrimônio tombado, é preciso sair do gabinete, esclarecer e justificar para a população a importância e natureza da salvaguarda do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Uma das ações que se pretende imediata é solicitar a aplicação da Lei Municipal nº 1.908, de 11 de março de 2003, legislação vigente que institui o tombamento municipal e cria o Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Parnaíba (CONSPAC); a avaliação do ponto da situação do Plano Diretor, aprovado em 05 de janeiro de 2007, que prevê a recuperação e valorização dos patrimônios arquitetônicos, urbanísticos e ambientais, particularmente aqueles do Centro Histórico da Cidade de Parnaíba.



3º sebra mus

O Plano Diretor delega ao Iphan a responsabilidade de elaborar normas para o Centro Histórico da Cidade, especialmente para a área tombada, logo a municipalidade delegou ao Iphan o papel de implantar ações necessárias à salvaguarda do patrimônio cultural.

O que propomos e estamos a realizar são subprojetos e ações que congreguem população, poderes federais, estaduais, municipais e demais agentes públicos e privados na gestão do patrimônio cultural tombado em benefício do interesse coletivo, acordos de cooperação técnica entre as diversas esferas e agentes públicos e privados, pois juntos podemos compatibilizar e distribuir os ônus e benefícios dos processos de revitalização do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba.

Um dos subprojetos, que consideremos como uma boa prática de educação para o patrimônio cultural, é a Feira do Patrimônio, finalista da 30ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, 2017, na Categoria III – Iniciativas de excelência em promoção do Patrimônio Cultural, promovido pelo Ministério da Cultura – MinC, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.



Figura 4. Feira do Patrimônio. Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia – PPGAPM da UFPI, SESC Regional do Piauí e ITD, Parnaíba. 2017.



3º
sebra
MUS



Figura 5. Equipe Organização Feira do Patrimônio. Programa de Pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia – PPGAPM da UFPI, Parnaíba. 2016.

A Feira do Patrimônio é uma ação de promoção do Patrimônio Cultural e destina-se a diversos públicos, a agentes públicos e privadas que se interessam pelas matérias relacionadas aos patrimônios, museus, turismo, empreendedorismos e outros negócios. Ocorre anualmente desde 2016 no Centro Histórico de Parnaíba, Cidade Patrimônio Nacional desde 2008. Revela-se como um espaço de sociabilidade para sensibilizar públicos variados no que refere à responsabilidade para a preservação e proteção da paisagem cultural da cidade de Parnaíba e das comunidades ribeirinhas e deltaicas que formam a APA Delta do Parnaíba, o único a desaguar em mar aberto das Américas entre os Estados do Piauí e do Maranhão.

Em 2016, a 1ª edição da Feira do Patrimônio, contou com um público de mais de 3.000 (três mil) pessoas, o que permite afirmar com segurança que a Feira é capaz de estabelecer conexões entre a Universidade, as Comunidades e Agentes Públicos e Privados, de forma a permitir o conhecimento e reconhecimento da paisagem cultural, formar públicos capazes de



3º sebra mus

sensibilizarem-se para conhecer, reconhecer, divulgar e salvaguardar a diversidade cultural e paisagística do Meio Norte do Brasil, sem desconsiderar o Estado do Piauí.

Ao longo da Feira do Patrimônio ocorrem atividades de educação patrimonial e ambiental, exposições, comércio de produtos artesanais, apresentação de projetos de intervenção urbana, palestras, intervenções artísticas, conferências, rodas de conversa etc.

A Feira do Patrimônio tem o objetivo de realizar ações educativas, culturais, sociais para formar uma comunidade de interesse que inclua agentes públicos e privados, residentes e produtores culturais em defesa e salvaguarda da rica e complexa paisagem cultural do delta do Parnaíba, Meio Norte do Brasil, nomeadamente da cidade de Parnaíba e entorno.

Temos realizado ações educativas e socioeconômicas de promoção do patrimônio cultural; construído gradativamente uma economia da cultura, de sensibilização para a preservação, salvaguarda e promoção da rica e complexa paisagem cultural do Delta do Parnaíba, território vocacionado para um turismo cultural, que gere receitas e fomenta emprego e renda, de forma a fixar as populações no território ancestral.

Desde a 1ª Edição da Feira em 2016, foi possível congrega agentes públicos e privados; o que nos motiva a avançar com a integração de outros agentes, o que inclui empresas, escritórios de arquitetura/design, operadores turísticos, projetos de base territorial, empresas de conservação e restauro e de reabilitação urbana, universidades e centros de formação especializada, artistas, artesãos, dentre outros.

A UFPI, o SESC, o ITD e o SEBRAE apoiam a Feira, oferecendo infraestrutura para acolher residentes da cidade e de outros territórios que desenvolvam atividades diversas associadas à gastronomia, música, dança, artes em palha de carnaúba, argila, linha madeira etc.; portanto, comerciantes e consumidores, que oferecem o colorido do murmurinho e da celebração do encontro característicos das feiras livres desde os tempos medievais. Por entre “comes e bebes”, músicas, exposições, oficinas vivas das artes associadas à paisagem cultural do Meio Norte, exercitamos a cidadania, a intervenção democrática na cidade de forma educativa, encantadora e lúdica. A viabilidade da Feira do Patrimônio a cada ano requer



parcerias com agentes públicos e privados, o que inclui ONGs, Secretarias de Educação, Cultura, Administração, Ação Social do Estado e municípios do entorno, dentre outros. Esses parceiros têm as suas marcas associadas à Feira de Patrimônio, o que lhes confere uma imagem de reconhecimento da sociedade pela valorização e preservação do rico e complexo patrimônio cultural do Meio Norte do Brasil, contribuindo sobremaneira para o incremento de produtos e serviços que disponibilizam e prestam à sociedade.

Nos dias que correm, o turismo cultural se afirma como elemento de sustentabilidade, gerador de emprego e renda, sensibilização de turistas e comunidades residentes para o conhecimento de produtos culturais singulares, a exemplo, aqueles associados ao Delta do Parnaíba.

A construção sistemática de um trabalho de educação para o patrimônio, envolvendo a sociedade em sentido amplo na preservação e salvaguarda do patrimônio cultural, material e imaterial, é uma forma crítica, constituindo, assim, uma rede de relações diretas com as comunidades residentes.

Referências

PINHEIRO, Áurea da Paz. Patrimônio cultural e museus: por uma educação dos sentidos. **Educ. rev.** [online]. 2015, n.58, pp.55-67. ISSN 0104-4060. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.44084>.

PINHEIRO, Áurea (Org.) **Paisagens Educativas: saberes, experiências e práticas**. Teresina: Diocesano, 2008.

PINHEIRO Áurea; PELEGRINI, Sandra (Org.). **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Teresina: EDUFPI, 2010.

PELEGRINI, Sandra C.A., NAGABE, Fabiane e PINHEIRO, Áurea da Paz. (Org.). **Turismo e Patrimônio em tempos de globalização**. Campo Mourão: FECILCAM, 2010.

PINHEIRO, Áurea; GONÇALVES, Luís Jorge; CALADO, Manuel. **Patrimônio Arqueológico e Cultura Indígena**. Teresina: EDUFPI; Lisboa: Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, 2011.



3°
sebra
mus

PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. **Senhores de seu ofício: a arte santeira do Piauí.** Teresina: Iphan, 2009.

_____. **Piauí: história, memória, patrimônio cultural.** Teresina: Iphan, 2008. [Documentário, 13 min]